

Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX

A questão das origens sociais dos profissionais militares de carreira, embora tenha sido objecto de importantes estudos de carácter sociológico nos Estados Unidos e em alguns países europeus, devido à sua dificuldade específica, está ainda longe de contar com uma acumulação de dados capaz de nos autorizar teorizações proporcionadoras de caracterizações de natureza preditiva ou explicativa, referentes a realidades não submetidas a cuidadosa observação: o caso de Portugal demonstra bem os perigos que se escondem por detrás do corrente receio do «vazio teórico», que frequentemente conduz a generalizações e explicações apressadamente erigidas sobre a infundamentação empírica.

Convém recordar que, se alguns autores, na senda de W. Mills, consideram de pouco peso o factor origem social no comportamento político dos militares¹, a tendência de estudos mais recentes inclina-se para o reconhecimento desse factor como um dos mais importantes para a compreensão da lógica política das Forças Armadas — usando a expressão de Janowitz — e para a inclusão da origem social como uma das variáveis fundamentais a ter em consideração no estudo do comportamento político dos militares e da atitude das Forças Armadas em relação aos governos dos respectivos países².

A investigação que levámos a cabo, e a cujos resultados parciais nos referiremos mais adiante, insere-se na linha que atribui especial importância ao conhecimento das origens sociais dos profissionais militares e partiu da hipótese de que existiria algum nexo entre os antecedentes sociais do corpo de oficiais e o seu comportamento político.

A dar crédito às convicções correntes a vários níveis, o caso português apresentava-se mesmo tão ideal-típico da correlação positiva entre origens sociais e atitudes políticas que se tornava particularmente importante proceder a uma verificação: durante decénios, uma oficialidade recrutada, pensa-se, entre a aristocracia e a média e a grande burguesia, principalmente rural, e onde os jovens de famílias mais pobres raramente encontravam acesso; sucessivamente, a necessidade de alargamento dos efectivos a partir de fins dos anos 50, e sobretudo com o início da guerra colonial, teria tornado as escolas superiores militares acessíveis às camadas mais desfavorecidas da burguesia e mesmo ao proletariado, e daí a formação de um corpo de oficiais em que, nomeadamente os

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ C. W. Mills, *The Power Elite*, Nova Iorque, 1956, p. 192.

² M. Janowitz, *O Soldado Profissional*, S. Paulo, 1967, p. 80. Também E. Nordlinger, *I Nuovi Pretoriani*, Milão, 1978, p. 62.

mais jovens — os capitães —, desenvolveram ideias revolucionárias que os levaram a querer pôr termo à guerra e a derrubar o regime fascista. Este cliché interpretativo, surgido em Portugal na sequência da intervenção militar de Abril de 1974, e em que podemos facilmente descortinar uma vulgarização da teoria das classes, é, no entanto, usado por sectores que não nutrem qualquer tipo de simpatia pelo marxismo, *praxis* ou teoria. O exemplo mais expressivo é talvez o fornecido por uma publicação da American University, de Washington³, que do modo acima referido explica a atitude dos militares portugueses.

Tão pacífica adesão ao mecanicismo pseudomarxista é, porém, portadora de implicações politicamente ambíguas, na medida em que os «factos» a que essas convicções se referem dariam, de certo modo, razão aos que encaram o uso, informal embora, de critérios de selecção para os candidatos às escolas superiores militares que não exclusivamente os da aptidão e preparação individuais — em troca de uma suposta maior tranquilidade da instituição, enquanto se eliminariam algumas das causas de determinados comportamentos políticos entre oficiais.

Na realidade, embora hoje em dia ninguém ouse sugerir abertamente a estabilidade político-militar através do mecanismo a seu tempo referido por Gaetano Mosca — o recrutamento da *élite* militar entre a *élite* económico-política, aliás impossibilitado pelas próprias exigências de profissionalização nas modernas instituições militares —, não convém menosprezar a velha tentação da «engenharia social», que sempre tem pesado sobre os sectores mais envolvidos na luta pela conservação do poder, mas também sobre o próprio investigador do social, a quem não é indiferente conseguir demonstrar a eficiência dos seus instrumentos de análise e a convertibilidade prática das suas teorias.

É portanto necessário que, perante as possíveis implicações políticas da questão das origens sociais dos militares de carreira e a importância teórica do assunto, se exija um seu tratamento particularmente rigoroso — o que só é realizável através do apoio da própria instituição militar.

O carácter predominantemente modernizador — em termos de desenvolvimento — das autoridades militares portuguesas nos últimos anos e que tem levado algumas das suas estruturas a incentivar a investigação científica permitiu-nos a realização de um longo trabalho de recolha e tratamento electrónico de dados, embora concordemos com Janowitz quando diz que nenhuma instituição resiste tanto à investigação sobre as origens sociais dos seus elementos quanto a instituição militar⁴.

O amplo material de que dispomos exige ainda um aturado trabalho de triagem e reflexão e, portanto, presentemente visamos apenas, por um lado, fornecer alguns dados gerais, de modo a contribuir desde já para a rectificação de alguns lugares-comuns sobre as Forças Armadas portuguesas; por outro lado, pretendemos suscitar a atenção para algumas vias de utilização teórica dos mesmos dados, a explorar ulteriormente.

1. ANTECEDENTES RURAIS E URBANOS

Um dos traços fundamentais que, do ponto de vista sociológico, caracterizam o corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo deste século tem sido a grande importância, em termos quantitativos, dos seus antecedentes urbanos.

³ E. K. Keefe e outros, *Area Handbook for Portugal*, Washington DC, 1977, p. 379.

⁴ M. Janowitz, *op. cit.*, p. 80.

Este facto reveste-se de tanto maior interesse quanto é convicção corrente que a Portugal se aplica o que se tem observado em vários países da Europa e nos Estados Unidos ⁵: o acentuado predomínio das zonas rurais e provincianas na origem do corpo de oficiais.

Em Portugal, entre os oficiais nascidos a partir de 1900 e até 1959, ou seja, as várias gerações de oficiais desde o fim dos anos 20 até à actualidade ⁶, verificamos uma nítida *sobrerrepresentação das origens urbanas*. Com efeito, para uma população civil urbana que só em 1930 atinge 17% da população total do País, encontramos ao longo do século, no Exército, uma média de cerca 40% de oficiais nascidos em centros urbanos ⁷ e, na Marinha, uma média de cerca 54% (quadro n.º 1).

Origem rural-urbana do corpo de oficiais portugueses

[QUADRO N.º 1]

Década de entrada na AM ou na EN	Exército (percentagem)		Marinha (percentagem)	Total da população civil (percentagem)
	U	R		
1910-19	U	51,9	—	15
	R	48,1	—	85
1920-29	U	51	57,1	16
	R	49	42,9	84
1930-39	U	47,1	54,1	17
	R	52,9	45,9	83
1940-49	U	45	48,1	17
	R	55	51,9	83
1950-59	U	35,3	60,1	17
	R	64,7	39,9	83
1960-69	U	31,4	56,7	18
	R	68,6	43,3	82
1970-79 (1976)	U	36,4	47	18
	R	63,6	53	82

Nota — AM (EE, EG), Academia Militar; EN, Escola Naval; U, urbano; R, rural.

⁵ Já Gramsci teorizava sobre o interesse que a burguesia rural em Itália teria pela carreira das armas. Ver A. Gramsci, «Noterelle sul Machiavelli», in *Quaderni del Carcere*, Turim, 1975, pp. 1605-1606.

Morris Janowitz verifica que, à semelhança do que aconteceria na Europa, também nos Estados Unidos a liderança militar e o corpo de oficiais são de extracção predominantemente rural. De facto, entre 1910 e 1950 regista-se uma média de cerca de 69% de líderes militares provenientes de fazendas e outras localidades rurais com menos de 2500 habitantes (M. Janowitz, *op. cit.*, pp. 86-87).

Embora dados mais recentes, referidos por Lovell, sobre uma amostra em West Point revelem um decréscimo no recrutamento rural do corpo de oficiais, a maior parte dos cadetes continuam a ser recrutados em cidades pequenas e médias. Ver J. P. Lovell, *The Professional Socialization of the West Point Cadets*, M. Janowitz (ed.), Nova Iorque, The New Military, 1964, p. 138.

No caso da Grécia, Kourvetaris apresenta dados que revelam, em 1967, uma sub-representação das zonas urbanas no corpo de oficiais, predominantemente recrutado em zonas rurais e semi-urbanas (G. Kourvetaris e B. Dobratz, *Social Origins and Political Orientations of Officer Corps in a World Perspective*, Denver, 1973, p. 28).

⁶ O posto de tenente é geralmente atingido por volta dos 22-25 anos e o de capitão pelos 30-33. Assim, os nascidos na década de 1950-59 são os tenentes actuais, ou encontram-se a concluir agora (1982) os seus cursos na Academia Militar ou na Escola Naval — portanto constituirão boa parte do corpo de oficiais até ao fim do século.

⁷ Kourvetaris e Dobratz consideram urbano apenas o aglomerado com mais de 50 000 habitantes; semiurbano, de 5000 a 50 000; rural, menos de 5000. Contudo, Janowitz considera como rural o aglomerado com menos de 2500 habitantes.

Pelo que diz respeito a Portugal, o Instituto Nacional de Estatística considera como urbanos os aglomerados a partir de 10 000 habitantes. No entanto, devido às necessidades decorrentes da análise

A acentuar esta caracterização fortemente urbana, um outro dado significativo: o peso do distrito de Lisboa como zona de recrutamento de grande parte dos oficiais portugueses. Com efeito, a percentagem de oficiais do Exército nascidos no distrito de Lisboa situa-se, em geral, entre 1/4 e 1/3 do total. Entre os alunos inscritos no 1.º ano da Academia Militar e nascidos no distrito de Lisboa encontramos pontas anuais máximas de 43,6 % em 1926, 43,7 % em 1930 e 40,6 % em 1962.

Quanto à Armada, ramo tradicionalmente mais ligado aos aspectos técnicos e cuja actividade se encontra necessariamente relacionada com o grande centro urbano do litoral que é Lisboa, as percentagens anuais de alunos da Escola Naval oriundos da zona da capital atingem os 50 % em 1958, ou até os superam, como em 1961, com 58,1 %⁸.

Embora estas cifras incluam também os oficiais provenientes dos concelhos periféricos (e que representam menos de 1/4 do total dos nascidos no distrito de Lisboa entre 1900 e 1949), convém sublinhar o elevado grau de industrialização e as características nitidamente urbanas de parte destas zonas, onde desde os anos 50 se desenvolveram os bairros-dormitórios que alimentam a capital.

As causas principais da originalidade do caso português pelo que respeita à extracção rural-urbana do corpo de oficiais devem ser procuradas na situação de relativo subdesenvolvimento do País, que tem pesado particularmente sobre as zonas rurais, traduzindo-se, entre outros aspectos, numa deficiente escolarização e na falta de vias e meios de acesso às cidades, onde tem existido o ensino secundário prévio à entrada nas escolas superiores, e não só militares.

Verifica-se, contudo, como seria lógico esperar, um lento decréscimo da componente urbana nas últimas décadas, fenómeno relacionado com o aparecimento de outras alternativas para os jovens das cidades, principalmente a partir do incremento do processo de industrialização, que se regista nos anos 50-60. Aliás, a diminuição do interesse pela carreira militar quando se verifica um alargamento das perspectivas profissionais resultantes da industrialização tem sido notada por vários autores⁹.

Para além da averiguação das causas que explicam a importância da componente urbana, assim como o peso do distrito de Lisboa nas origens do corpo de oficiais portugueses, parece-nos particularmente interessante meditar sobre a influência que esse factor (origem urbana) pode ter exercido sobre a formação ideológica do oficialato português. Convém sublinhar que tem existido, ao longo do século, um contacto real dos oficiais, seja com o seu meio social de proveniência, seja com a população, por um lado devido a laços familiares que a proximidade geográfica, num país com as dimensões de Portugal, não deixa afrouxar e por outro porque, ao contrário do que acontece noutros países, os oficiais em geral não habitam em zonas ligadas aos quartéis ou em bairros residenciais determinados, disseminando-se pelas cidades e arredores, integrados no tecido urbano como os outros cidadãos.

diacrónica, tomamos apenas em consideração as cidades capitais de distrito, que se mantêm as mesmas ao longo do século. Estas cidades, em número de 18, contavam, nos anos 50, geralmente entre 15 000 e 50 000 habitantes, à excepção de Lisboa (cerca de 700 000) e Porto (cerca de 300 000). Naturalmente que a população civil que consideramos urbana é também a residente nas cidades capitais de distrito.

⁸ Dados anuais, por distrito, não incluídos no presente trabalho.

⁹ Ver K. Lang, *Military Institutions and the Sociology of War*, Londres, 1972, p. 39.

2. ANTECEDENTES FAMILIARES

É sabido que na Europa em geral, mesmo depois de abolidas as provanças de nobreza para a entrada na carreira militar, a aristocracia manteve uma posição predominante nas Forças Armadas pelo menos até à primeira guerra mundial e, em alguns casos, ainda nos anos seguintes ¹⁰.

Em Portugal, a partir da abertura do oficialato a jovens de diversas proveniências sociais (em 1792 no Exército e em 1832 na Marinha), a nobreza perde, em poucas décadas, a sua tradicional supremacia no seio da instituição militar. Já na época da Conferência de Berlim (1884-85), os oficiais pertencentes à aristocracia se contavam entre os mais idosos e, nas vésperas da revolução republicana, os possuidores de um qualquer título de nobreza no serviço activo do Exército reduziam-se a pouco mais de uma dúzia ¹¹. Nos primeiros anos do século, a nobreza já não preenchia os postos mais importantes do Exército, desde o comando militar da cidade de Lisboa e do Ministério e Secretaria de Estado da Guerra ao Conselho Superior de Promoções e ao Serviço de Estado-Maior ¹².

O processo de profissionalização do corpo de oficiais, com a obrigatoriedade de cursos especializados e treino sistemático, em correspondência com as crescentes dificuldades organizativas do exercício do comando militar, introduzem rapidamente a necessidade de uma preparação individual laboriosa e sujeita a critérios de avaliação colectivos — inovações que a mentalidade e estatuto de *leisure class* da nobreza lusitana não comportavam convenientemente.

As famílias burguesas que se tinham seguido às aristocráticas no preenchimento dos quadros da carreira militar consolidaram-se nessa posição durante as primeiras décadas do século, através do auto-recrutamento, aliás recorrente nas forças armadas dos vários países europeus.

Entre os oficiais nascidos no período que vai de 1900 a 1910, ou seja, os que iniciaram os cursos da Escola Militar aproximadamente entre 1920 e 1930, verifica-se a existência de 59,3% de filhos de militares, percentagem que em parte é consequência das facilidades concedidas aos filhos de combatentes no período sucessivo à guerra de 1914-18. No entanto, a tendência para o auto-recrutamento, ainda acentuada entre os alunos da Escola do Exército ¹³ até aos anos 40, decresce rapidamente para valores que se situam entre os 15,2% e os 16,3% nas duas décadas seguintes (quadro n.º 2).

Na Marinha verifica-se uma tendência ainda menor para o auto-recrutamento, conforme podemos observar no quadro n.º 3.

Torna-se, portanto, claro que, pelo que concerne a Portugal, não podemos falar da existência de uma «casta militar», ao contrário do que acontece, por exemplo, com a vizinha Espanha, onde o índice de auto-recrutamento tem sido elevado, atingindo os 79,6% entre os alunos da AGM no período compreendido entre 1964 e 1968 ¹⁴ — nascidos, portanto, na década de 40.

Na origem do decréscimo da afeição dos filhos dos militares portugueses pela carreira dos pais cremos encontrar factores de ordem não tanto psicológica — falta de «vocação» — quanto de ordem predominantemente social. Por um lado, o nível económico atribuído pelo Estado ao oficialato portu-

¹⁰ K. Lang, *op. cit.*, p. 33; M. Janowitz, *op. cit.*, pp. 97-98.

¹¹ Referimo-nos a titulares, desde duque a barão e dom. Tais títulos precedem os nomes dos oficiais nas listas de antiguidades do Exército. (Ver *Almanaques do Exército — Listas de Antiguidades*, 1900-09.)

¹² Ver *Almanaques do Exército*, 1900-09.

¹³ A actual Academia Militar teve, ao longo da sua existência, várias designações: Escola do Exército (1837-1910); Escola de Guerra (1911-19); Escola Militar (1919-38); Escola do Exército (1938-59).

¹⁴ J. Busquets, *El Militar de Carrera en España*, Barcelona, 1971, p. 200.

Origem social do corpo de oficiais portugueses (Exército)

[QUADRO N.º 2]

Profissão do pai	Década de nascimento					
	1900-09 (porcen- tagem)	1910-19 (porcen- tagem)	1920-29 (porcen- tagem)	1930-39 (porcen- tagem)	1940-49 (porcen- tagem)	1950-59 (porcen- tagem)
Forças Armadas	59,3	41,6	32,4	15,2	16,3	24,6
Função pública e forças de segurança	10,0	13,6	16,9	20,9	24,3	22,0
Profissões liberais	7,1	5,3	5,7	5,7	4,6	5,2
Proprietário	7,3	11,6	10,7	16,3	11,2	7,8
Comerciante	4,3	8,2	12,3	8,9	8,6	8,9
Empregado	4,9	9,9	10,6	9,4	7,6	5,4
Empregado especializado	1,8	4,1	4,5	7,6	10,9	11,9
Agricultor não proprietário	0,8	0,4	0,8	3,3	4,2	2,6
Operário-artesão	4,5	5,3	6,1	12,7	12,3	11,6

Nota — As percentagens são obtidas sobre o total dos registos com informação para tratamento.

guês ao longo de decénios não era de molde a competir com as condições que outras carreiras vinham proporcionando. Por outro lado, os atractivos de ordem técnico-profissional e ideal acabavam por ser muitas vezes sufocados pelas insuficiências de carácter tecnológico correntes nas Forças Armadas portuguesas e pelo tipo de controlo exercido então pelas autoridades civis sobre a

Origem social do corpo de oficiais português (Armada)

[QUADRO N.º 3]

Profissão do pai	Década de nascimento					
	1900-09 (porcen- tagem)	1910-19 (porcen- tagem)	1920-29 (porcen- tagem)	1930-39 (porcen- tagem)	1940-49 (porcen- tagem)	1950-59 (porcen- tagem)
Forças Armadas	16,7	27,3	32,6	26,8	18,4	20,6
Função pública e forças de segurança	20,9	12,2	16,3	16,3	21,2	20,3
Profissões liberais	12,5	6,0	8,6	11,6	13,6	6,3
Proprietário	16,7	15,2	7,7	6,8	3,5	4,2
Comerciante	12,5	9,0	6,9	6,7	9,2	4,2
Empregado	4,1	12,2	10,1	10,1	10,0	9,8
Empregado especializado	8,3	6,0	7,7	12,3	11,6	18,9
Agricultor não proprietário	0,0	0,0	0,0	0,3	1,5	1,3
Operário-artesão	8,3	12,1	10,1	6,1	11,0	14,7

Nota — As percentagens são obtidas sobre o total dos registos com informação para tratamento.

instituição militar, que pode ser simbolizado pela vigilância policial sobre os candidatos às escolas superiores militares, os oficiais e as forças armadas em geral e que minava o prestígio da instituição. De facto, não será difícil reconhecer que os oficiais não gozavam de uma situação tão atraente que pudesse levá-los a incutir nos filhos o entusiasmo pela sua carreira.

Pelo que se refere a outros sectores sociais de origem do oficialato português chamamos a atenção para o peso da função pública e, entre os cadetes da década de 60, e até 1974, para o aumento do número de jovens cujos pais eram elementos das forças de segurança (GNR, PSP, GF). A percentagem de provenientes de famílias de funcionários públicos e de elementos das forças de segurança — com predomínio dos primeiros — atinge no Exército o valor máximo de 24,3 % entre os oficiais nascidos na década de 40, ou seja, os que entram para a Academia Militar na década de 60¹⁵.

Será interessante meditar sobre o facto de a contribuição dos sectores dependentes do Estado, no seu conjunto (Forças Armadas, forças militarizadas, funcionários públicos, incluindo professores), se ter caracterizado, pelo que diz respeito ao Exército, e se considerarmos os dados globais referentes aos oficiais nascidos entre 1890 e 1949, por uma proporção constante e que representa pouco menos de metade do corpo de oficiais. Nota-se ainda, em geral, tanto na Marinha como no Exército, um aumento do recrutamento entre outros sectores dependentes do Estado nas épocas em que diminui o afluxo de filhos de oficiais e subalternos.

Esta persistência dos sectores dependentes do Estado como fonte de recrutamento para os quadros de comando das Forças Armadas (corpo de oficiais), se, por um lado, significa que, para as várias categorias do funcionalismo público, a carreira militar constitui uma promoção social possível, por outro, assegura a continuidade da ligação, em termos sociais, entre o Estado e a direcção das Forças Armadas.

Podemos vislumbrar, pelo menos no caso português, uma tendência para a autoconservação do próprio Estado através da componente que, em última instância organizativa, é mais determinante para a sua sobrevivência — a instituição militar.

As categorias que agrupamos sob a designação de «empregado» (trata-se principalmente de empregados de balcão) e de «empregado especializado» (empregados de escritório, contabilistas) têm vindo a aumentar o seu peso entre os sectores de proveniência do corpo de oficiais, mas convirá sublinhar que esse acréscimo é devido sobretudo ao último daqueles grupos, que no Exército, nas duas últimas décadas, superou os 10 % do total.

A percentagem de alunos das escolas superiores militares cujos pais são designados como proprietários, e que tinha algum peso em fins do século passado, volta a adquirir considerável importância entre os cadetes da Escola do Exército na década de 50, ou seja, nascidos na década de 30 (16,3 %). No entanto, os dados referentes a esta categoria devem ser objecto de algumas observações. A designação de «proprietário», usada nos documentos consultados, nem sempre corresponde à que é entendida como tal em termos económico-sociológicos, ou seja, o indivíduo que vive da renda ou do lucro das suas propriedades. Com efeito, ao relacionar a origem social com a proveniência geográfica, verificamos, por exemplo, que, na década de 50, cerca de 60 % dos alunos designados como filhos de proprietários eram provenientes da zona norte do País, de regiões caracterizadas, em termos de distribuição da terra, pela pequena propriedade rural. Trata-se portanto, em boa parte, de filhos de agricultores que trabalham a terra por conta própria.

Finalmente, considerando os dados relativos à categoria que designamos globalmente como «operários» (em que incluímos, para além dos operários, especializados ou não, também os assalariados agrícolas), verificamos que atinge no Exército uma percentagem média de 12,7 % entre os oficiais nascidos

¹⁵ Os números que referimos baseiam-se em dados anuais e por sectores profissionais especificados, em número de 22, que nos quadros n.ºs 2 e 3 agrupámos por décadas e por grupos profissionais ou de actividade.

na década de 1930-39, embora a sua frequência, em termos absolutos, se torne, como é lógico, mais elevada quando aumenta o número de oficiais, ou seja, entre os nascidos na década seguinte.

Se tivermos em conta o peso desse sector sobre o total da população activa, concluímos facilmente que as proporções de oficiais de extracção proletária são menores do que entre as outras categorias em geral.

3. NOTA CONCLUSIVA

Tentando uma caracterização globalizante do oficialato português, podemos dizer que nele sobressai, ao longo do século, a componente urbana e a pequena burguesia terciária e que, ao contrário do que se pensa, as classes mais poderosas dedicaram pouca atenção à carreira profissional militar. A ditadura civil-policial, derrubada pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974, assegurava a subordinação das Forças Armadas através de um modelo de controlo que poderíamos classificar de *misto*: por um lado, o pequeno núcleo da *élite* profissional era escolhido de modo a oferecer garantias de adesão *subjectiva* ao regime¹⁶; por outro lado, sobre o corpo de oficiais em geral e sobre as Forças Armadas, no seu conjunto, exercia-se um controlo de tipo *objectivo*.

A existência de critérios homogéneos e estandardizados de avanço na carreira e o menor encargo económico dos estudos militares em relação a outros cursos superiores têm certamente constituído estímulo para os jovens de famílias menos ricas, interessados numa promoção social condizente com os valores de honestidade e segurança, particularmente caros às camadas inferiores da burguesia. O interesse destas camadas pela carreira militar parece-nos particularmente significativo da sua paciente luta no sentido de atingir e participar na esfera do poder — *representando as Forças Armadas uma promoção por via mais directamente política do que económica*.

Quanto à questão da relação entre as origens sociais do oficialato e o papel político das Forças Armadas, as indicações que resultam do estudo do caso português confirmam que a influência dos antecedentes sociais sobre o comportamento dos oficiais se não manifestam de forma mecanicista. Assim, verificamos que entre os oficiais nascidos nas décadas de 30 e 40, ou seja, os que se encontravam nos postos de major e capitão em Abril de 1974, se regista um certo aumento das percentagens de filhos de funcionários públicos, agentes das forças policiais e de operários. A percentagem de filhos de operários — à volta de 12% — não parece, no entanto, de molde a ter criado qualquer tipo de «hegemonia» daquela classe social no seio do corpo de oficiais.

Uma resposta «sim» ou «não» à usual questão sobre se «o alargamento da base social de recrutamento torna os militares mais democráticos»¹⁷ seria inevitavelmente reducionista e deformadora. Sob pena de sermos arrastados por uma visão imobilista e meta-histórica, deveremos desligar a problemática da influência das origens sociais dos oficiais de carreira no comportamento político dos oficiais das preocupações mais imediatistas e tendentes a levar a uma procura de relação causa-efeito.

¹⁶ Esta fórmula teve êxito durante cerca de três décadas. No entanto, já em 1961 teve Salazar de enfrentar, em relação à sua política, o descontentamento dos principais chefes militares — o ministro da Defesa, general Botelho Moniz, o ministro e o subsecretário do Exército e o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas —, o qual revelava o descontentamento existente no sector militar em relação à política de Salazar.

A tentativa militar de Abril de 1961 falhou e selou-se pela exoneração dos referidos militares dos postos que ocupavam, tendo Salazar assumido a pasta da Defesa.

Sobre este assunto ver coronel F. Valença, *A Abrilada de 1961*, Lisboa, 1977.

¹⁷ Ver G. A. Kourvetaris e B. A. Dobratz, *op. cit.*, p. 3.

Afigura-se-nos, assim, que uma colocação mais fecunda de tal problemática se deve debruçar sobre a *relação entre as atitudes políticas dos militares de carreira (e o papel político da instituição) e as que se manifestam na classe que predomina no recrutamento do corpo de oficiais*¹⁸.

No caso português, o recrutamento do oficialato, processado ao longo de decénios entre determinadas *camadas socioprofissionais que podemos englobar na pequena burguesia*, assim como, no corpo de oficiais, o *grande peso da componente urbana* — e principalmente de Lisboa, cidade caracterizada pelo tradicional dinamismo político da sua população —, contam-se certamente entre os factores explicativos da atitude das Forças Armadas em relação aos governos ao longo do século: desde a recusa a defender o regime monárquico contra os revolucionários republicanos, civis e militares, que derrubaram a Monarquia em 5 de Outubro de 1910 até ao intervencionismo característico do período republicano, que culminou no golpe «pela ordem» em 28 de Maio de 1926 e que preparou o caminho para a ditadura de tipo fascista, e à intervenção militar de 25 de Abril de 1974, que pôs fim à ditadura e implantou uma democracia parlamentar.

É certo que a instituição militar, pela sua própria natureza nacional, se distingue por uma *praxis* interna reconversora dos indivíduos que a integram, através da regulamentação detalhada das actividades colectivas e da existência de mecanismos hierárquicos que pretendem sobrepor-se ao ordenamento social originário dos seus membros. Contudo, o estudo do caso português sugere-nos que, por mais homogenizadora que seja a inculcação de comportamentos e de ideologia, determinadas circunstâncias sociais sistematicamente comuns a um considerável número de indivíduos no seio de um grupo institucional imprimem o seu peso na caracterização da própria instituição, inclusive do ponto de vista político.

Apêndice

NATUREZA DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Excluindo a via do inquérito directo, por deixar de lado os oficiais falecidos, ao procurar recolher dados sobre a origem social do CO português pensa-se imediatamente nos Serviços de Informática do Estado-Maior do Exército, que centralizam o serviço de recrutamento dos três ramos das Forças Armadas. Infelizmente, este ficheiro é inútil para tal fim, pois, tendo sido criado sob pressão do empenhamento colonial português, visou apenas objectivos conjunturais, tais como a rápida mobilização dos oficiais para a guerra colonial, e, assim, nas fichas individuais encontra-se informação sobre a residência de cada elemento, mas não existe referência ao local de nascimento nem à profissão dos pais.

Só pesquisando nos arquivos da Academia Militar e da Escola Naval foi possível encontrar um caminho: a consulta das certidões de nascimento que constam dos processos individuais dos alunos. Convém esclarecer que, embora existissem nas Forças Armadas portuguesas oficiais oriundos de sargentos, eles só podiam considerar-se «de carreira» depois de frequentarem determinados cursos nas escolas superiores militares, o mesmo acontecendo com os oriundos de milicianos, encontrando-se, portanto, os seus processos nos referidos arquivos.

Naturalmente, recolhemos apenas dados sobre os alunos que terminaram o curso, vindo a tornar-se oficiais.

Só a partir de 1910 existe nos processos individuais dos alunos um número significativo de certidões que referem a profissão dos pais, tornando-se esse dado sistemático a partir de 1920, inclusive. Para além do lugar de nascimento e da profissão do pai, outras variáveis foram tomadas em consideração: localidade de ensino secundário, tipo de ensino secundário, curso seguido na AM (EE, EG, EM) e na EN, profissão das mães.

¹⁸ Uma sugestão neste sentido podemos recolhê-la em Gramsci, que nota que a influência dos militares depende também da influência, na sociedade, do estrato social donde predominantemente provêm. (Ver A. Gramsci, «Noterelle sul Machiavelli», in *Quaderni del Carcere*, p. 1608.

Assim, no período de 1900-10 (alunos nascidos, aproximadamente, entre 1880 e 1890) dispomos apenas de dados sobre a origem geográfica do aluno, assim como a indicação sobre o respectivo curso (recolha intensiva representando 100% do universo); de 1910 a 1920 recolhemos os dados existentes, que representam, quanto à origem geográfica, 60% e, quanto à origem familiar, cerca de 40% do universo. A razão da não existência de certidão de nascimento em alguns processos deve-se, segundo apurámos, a factos aleatórios relacionados com a conservação dos documentos, o que nos permite considerar os dados recolhidos suficientemente representativos do universo a que correspondem.

Procedeu-se, ao longo de todo o período de 1900-80, a recolha intensiva, com as limitações acima apontadas e com a excepção do período de 1936-58, para a qual se realizou uma amostragem de 1 elemento em cada 4 (desvio-padrão de + 3%).

As categorias profissionais adoptadas, em número de 22, seguem de perto as denominações apontadas pelas próprias certidões de nascimento, procedendo-se, no entanto, às necessárias simplificações e agrupamento em vista da codificação para tratamento de dados.

No presente trabalho reunimos essas categorias em 9 grupos:

- 1) Forças Armadas (oficial; sargento e cabo);
- 2) Função pública e forças de segurança (funcionário público; funcionário público superior; professor do ensino primário; professor do ensino secundário; professor do ensino superior; forças de segurança);
- 3) Profissões liberais (médico; oficial da marinha e da aviação comerciais; restantes profissões liberais);
- 4) Proprietário (proprietário; industrial);
- 5) Comerciante;
- 6) Empregado;
- 7) Empregado especializado;
- 8) Agricultor não proprietário;
- 9) Operário-artesão (trabalhador rural; pescador; operário; operário especializado; artesão).